

História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

A história do homem é marcada pela
coexistência de múltiplas culturas. Essa
variedade é muito importante, pois
observando as práticas e tradições de
outros povos somos levados a refletir
sobre a *solidariedade* à qual pertencemos.
Atenas, será que são gratuitas as diferentes
formas de organizar a vida social, de
conceber e expressar a realidade?

Atena
Editora
Ano 2021

História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

A história do homem é marcada pela
coexistência de múltiplas culturas. Essa
variedade é muito importante, pois
observando as práticas e tradições de
outros povos somos levados a refletir
sobre a *coletividade* à qual pertencemos.
Atena, será que são gratuitas as diferentes
formas de organizar a vida social, de
conceber e expressar a realidade?

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

História: sujeitos, teorias e temporalidades 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: sujeitos, teorias e temporalidades 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-967-7

DOI 10.22533/at.ed.677211904

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Mais uma obra organizada pela Atena Editora centrada nas produções científicas historiográficas do Brasil e do mundo. Por conter capítulos em língua estrangeira, a obra foi dividida entre pesquisas brasileiras e pesquisas internacionais.

As pesquisas giram em torno dos mais diversos temas, com recortes teóricos, metodológicos, espaciais e temporais amplos: desde questões relacionadas ao medievo, à capítulos sobre terras indígenas e os conflitos aí presentes. São trabalhos sobre composições arquitetônicas, conflitos no Brasil (sobre demarcações de terras indígenas, sobre a construção da hidrelétrica do São Francisco, por exemplo), sobre cultura material e imaterial. Além de abordagens sobre memória, identidade, imaginário, história oral, museus, tecnologia e ciência.

Nesta obra somos apresentadas/os a termos como *queenship*, SAT e estudo sobre a tradição Védica.

Convido vocês a começarem pela leitura de “*Odeio Paulo Freire e aquele seu conceito humanista*”, de Antônio Carlos da Rocha, um capítulo que pode despertar um receio pelo título, porém, que trata dos recentes discursos de ódio presentes na sociedade brasileira, proferidos contra profissionais da educação, sobretudo atacando o patrono da educação: Paulo Freire. Começar uma obra com este capítulo é nos colocar política e socialmente contra tais discursos e reafirmar o papel da ciência e importância de estudos como os aqui presentes.

Para além de pesquisas relacionadas à educação e aos demais temas já previamente citados, você também encontra na segunda parte da obra capítulos em espanhol sobre comércio local e disputas urbanas.

Boa leitura!

Aline Ferreira Antunes
Brasília, março de 2021

SUMÁRIO

PARTE I: PESQUISAS BRASILEIRAS

CAPÍTULO 1	1
ODEIO PAULO FREIRE E AQUELE SEU CONCEITO HUMANISTA <i>Antônio Carlos da Rocha</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119041	
CAPÍTULO 2	12
REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS CONVERGÊNCIAS ENTRE ARTE COMO IDEIA, INTERDISCIPLINARIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS <i>Italo Bruno Alves</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119042	
CAPÍTULO 3	19
A INTERDISCIPLINARIDADE E A LÓGICA DIFUSA <i>Maria Cristina de Oliveira Cardoso</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119043	
CAPÍTULO 4	28
BELEZA QUE INSPIRA E ORNAMENTA (1927-1929): O GÊNERO FEMININO NO PROGRESSO RIO-PRETENSE <i>Vinicius Silva</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119044	
CAPÍTULO 5	39
DA CAATINGA AO SERINGAL: LINGUAGEM, PODER, E PROPAGANDA NO ADVENTO DA BATALHA DA BORRACHA (1942-1945) <i>Francisco Marquelineo Santana</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119045	
CAPÍTULO 6	47
COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA DE RAPHAEL ARCURI DE 1913 A 1930: ESTUDOS DOS ELEMENTOS DO ART NOUVEAU NA ARQUITETURA ECLÉTICA DE RAPHAEL ARCURI EM JUIZ DE FORA <i>Jonas Tadeu Ferreira</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119046	
CAPÍTULO 7	59
USO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA E IMAGENS AÉREAS NA CARACTERIZAÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL DE PARATY, BRASIL, NOS SÉCULOS XX E XXI <i>Rodrigo Zambrotti Pinaud</i> DOI 10.22533/at.ed.6772119047	

CAPÍTULO 8	76
ALIANZAS COMUNITARIAS Y ECOLÓGICAS DE PAZ EN PUEBLO BELLO, TURBO	
Carlos Alberto Builes Tobón	
María Eulalia García Marín	
Samir Ahmed Dasuky Quiceno	
Polina Golovátina-Mora	
Yesenia Luna Oviedo	
Denisse Roca-Servat	
DOI 10.22533/at.ed.6772119048	
CAPÍTULO 9	92
CONFLITOS INTERNOS: DESDOBRAMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE PIRANHAS/AL EM DETRIMENTO DA INTERVENÇÃO DA CHESF (1980/2000)	
Monielly Suelen Gomes Barboza	
DOI 10.22533/at.ed.6772119049	
CAPÍTULO 10	101
INVENTÁRIO DA CULTURA MATERIAL E IMATERIAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA ANTIGA COLÔNIA PAIOL GRANDE – RS	
Graziela Vitória Donin	
DOI 10.22533/at.ed.67721190410	
CAPÍTULO 11	116
DELEUZE, FILOSOFIA E ARTE	
Ana Beatriz Rodrigues de Britto	
DOI 10.22533/at.ed.67721190411	
CAPÍTULO 12	130
DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E A PERCEPÇÃO DO POVO PURUBORÁ	
José Joaci Barboza	
Adriane Pesovento	
Gisele de Oliveira Montanha	
DOI 10.22533/at.ed.67721190412	
CAPÍTULO 13	147
DOWN HOUSE, A CASA DE CHARLES DARWIN: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DAS CASAS-MUSEUS	
Sílvia Sobral Costa	
João Bosco Ferreira Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.67721190413	
CAPÍTULO 14	165
NOTAS HISTÓRICAS DO DISTRITO DE MARRECA, NO CEARÁ: DOS ÍNDIOS JUCÁS AO CAFÉ DAS PRIMAS	
João Alcimo Viana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.67721190414	

CAPÍTULO 15	178
“DECAÍDAS”, “EMBRIAGADAS” E “RAIVOSAS”: A REPRESENTAÇÃO DA PROSTITUTA NA CIDADE DE SALVADOR (1960- 1978)	
Amanda Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.67721190415	
CAPÍTULO 16	189
VIDA, NATUREZA, LITERATURA E LÍNGUAS AMERICANAS NA REFLEXÃO DE JOSÉ DE ALENCAR	
Valdeci Rezende Borges	
DOI 10.22533/at.ed.67721190416	
CAPÍTULO 17	199
DUAS HISTÓRIAS DE HARDWARE E SOFTWARE COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DA COMPUTAÇÃO BRASILEIRA	
Marcia de Oliveira Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.67721190417	
CAPÍTULO 18	211
HISTÓRIA DA CIÊNCIA MEDIEVAL EM PERSPECTIVA - A CONTINUIDADE EM EDWARD GRANT	
Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.67721190418	
CAPÍTULO 19	220
QUEENSHIP: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM CONCEITO	
Danielle de Oliveira dos Santos-Silva	
DOI 10.22533/at.ed.67721190419	
CAPÍTULO 20	232
SAT: DA REALIDADE	
Alina Silva Sousa de Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.67721190420	
CAPÍTULO 21	241
VESTUÁRIO E GÊNERO: NOTAS SOBRE BINARIDADE NA HISTÓRIA DA INDUMENTÁRIA	
Valdecir Babinski Júnior	
Daiane Evangelista Vieira de Matos	
Lino Gabriel Nascimento dos Santos	
Camila Leithold	
Helena Kappaun	
Lua Pessatto da Silva Burtet	
Sabrina Lopes Bueno	
Vitória Baratto Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.67721190421	

CAPÍTULO 22	254
AS REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA NO PERIÓDICO O UNIVERSAL, 1825-1842	
João Eduardo Jardim Filho	
DOI 10.22533/at.ed.67721190422	
PARTE II: PESQUISAS ESTRANGEIRAS	
CAPÍTULO 23	268
EL FRISO DEL COMERCIO LOCAL	
Jordi Sardà Ferran	
Josep M. Solé Gras	
Pau de Solà-Morales	
DOI 10.22533/at.ed.67721190423	
CAPÍTULO 24	288
LA CIUDAD IDEAL VS. LA CRÓNICA URBANA	
Jordi Sardà Ferran	
Josep M. Solé Gras	
Anna Royo Bareng	
DOI 10.22533/at.ed.67721190424	
CAPÍTULO 25	307
LOS IDEALES DE COMODIDAD Y ASPECTO PÚBLICO EN EL URBANISMO ILUSTRADO ESPAÑOL E HISPANOAMERICANO	
Ricardo Anguita Cantero	
DOI 10.22533/at.ed.67721190425	
SOBRE A ORGANIZADORA	317
ÍNDICE REMISSIVO	318

LOS IDEALES DE COMODIDAD Y ASPECTO PÚBLICO EN EL URBANISMO ILUSTRADO ESPAÑOL E HISPANOAMERICANO

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 15/01/2021

Ricardo Anguita Cantero

Departamento de Historia del Arte de la
Universidad de Granada

RESUMEN: Este artículo tiene como objeto analizar el proceso de implantación de los fundamentos de comodidad y aspecto público en las ciudades españolas e hispanoamericanas, los cuales, surgidos dentro de la reflexión teórica de la tratadística sobre Policía -erigida en institución garante del orden político y social- nacieron como una traslación al espacio urbano del nuevo ideal de felicidad como elemento aglutinador y justificante de la existencia y de la acción de gobierno de las monarquías del despotismo ilustrado y, en concreto, de las políticas reformadoras de la dinastía de los Borbones. En este contexto, se evalúa la incidencia que la Policía urbana tuvo en el establecimiento de la idea de comodidad a través de la creación de infraestructuras y servicios inéditos o que habían tenido, hasta entonces, un escaso desarrollo en el ámbito de las ciudades caso del empedrado, la limpieza, el alumbrado o el ornato públicos. Derivado de la mejora de este último surge el nuevo ideal del aspecto público responsable de la mejora y embellecimiento del espacio urbano.

PALABRAS CLAVE: Urbanismo, Ilustración, Spain, ciudades hispanoamericanas, Policía.

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of implementation of the foundations of comfort and public appearance in Spanish and Latin American cities, which emerged within the theoretical reflection of the treatise on Police – established as an institution that guarantees the political and social order-They were born as a translation to the urban space of the new ideal of happiness as a unifying element and proof of the existence and government action of the enlightened despotism monarchies and, specifically, of the reforming policies of the Bourbon dynasty. In this context, the impact that the urban police had on the establishment of the idea of comfort through the creation of unprecedented infrastructures and services or that had had, until then, little development in the field of cities, in the case of public paving, cleaning, lighting or decoration. Derived from the improvement of the latter arises the new ideal of the public aspect responsible for the improvement and beautification of the urban space.

KEYWORDS: Urbanism, Enlightenment, Spain, Latin American Cities, Police.

CONOCIMIENTO Y CONTROL DEL ESPACIO URBANO EN LA ILUSTRACIÓN

Durante el gobierno ilustrado de la monarquía de los Borbones, se instaura en el Imperio español una novedosa concepción de la idea de ciudad y, como consecuencia de ello, nuevas propuestas de ordenación e intervención en el espacio urbano. Si, a lo largo de este periodo, se establece, por ejemplo en España,

una forma de actuar sobre el territorio, que promueve el fomento de las riquezas y que, por ende, pretende favorecer el desarrollo económico y la reforma global de la sociedad mediante la intensificación de la explotación de los recursos naturales y el aumento del comercio interior y exterior, especialmente de aquel ligado con el resto de territorios del Imperio, mediante la ejecución de un amplio programa de obras públicas basado fundamentalmente en el desarrollo de una nueva red de caminos y canales fluviales, la construcción de puertos marítimos y la urbanización de nuevas poblaciones en enclaves territoriales estratégicos en las comunicaciones internas y con déficit demográfico, la ciudad, base articuladora del propio territorio, no quedará al margen del proyecto político reformador ilustrado, erigiéndose la intervención sobre ella y la consecución de un modelo mejorado de urbe en uno de los capítulos esenciales de dicho proyecto.¹

Conocer cuánta es la población que en ella vive y sus posesiones con la recogida de los datos incluidos en los padrones vecinales y de riqueza; cuáles los males que la aquejan a través de la elaboración de topografías médicas; o cómo es su estructura urbana mediante el levantamiento de planos topográficos o geométricos, se constituyen, entre otras, en actuaciones estratégicas que permitan un adecuado conocimiento de la ciudad y sus habitantes para hacer posible la intervención reformadora sobre ella. Este manifiesto propósito de conocimiento global de la ciudad busca favorecer a su vez el deseado control del espacio urbano y con tal finalidad alcanza un notable desarrollo durante la Ilustración una institución de marcado carácter instrumental como es la Policía, consistente, en la esfera urbana, en aquellas medidas emanadas del gobierno municipal conducentes a la consecución del buen gobierno y orden de la población e incluidas, generalmente, en las ordenanzas de las ciudades:²

“La Policía consiste en la atención del Príncipe, y de los Magistrados para mantener el buen orden, y armonía en las cosas públicas. Los sabios reglamentos deben prescribir todo lo que es mas conducente à la seguridad, utilidad, y conveniencia pública, y los que tienen autoridad para ello han de velar atentamente en hacerlas observar. Los Corregidores, Regidores, Gobernadores Politicos, y Alcaldes Ordinarios en sus respectivas Ciudades, Villas, y Lugares, han de atender à que reyne el buen orden, y la obediencia, y se conserve la paz, tranquilidad, y concordia entre sus moradores. La abundancia en los abastos, al equidad en los pesos, y medidas, la buena calidad en las especies vendibles, la limpieza de las calles, el precaver las ruinas, el pronto socorro en los incendios, la comodidad, el sosiego, y la seguridad de los Ciudadanos, y el recogimiento de los vagamundos, son objetos en que debe emplearse la Policía, y el cuidado de los Magistrados, que gobiernan los Pueblos; en las quales mientras mas reyne este buen gobierno, tantas mayores utilidades havrá para la Sociedad civil (a).

1. Carlos Sambricio, *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*, Madrid: M.O.P.T., Instituto del Territorio y Urbanismo, 1991, 2 t.

2. Ricardo Anguita Cantero, *Ordenanza y Policía urbana. Los orígenes de la reglamentación edificatoria en España (1750-1900)*, Granada: Universidad de Granada, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997.

a) *El objeto de la Policía, no solo debe ser el material de la limpieza, adorno, y hermosura de los Pueblos, sino es también el formal del sosiego, quietud de los Ciudadanos, y buen orden de la sociedad...*³

b) Lo que se pretende, por tanto, con el establecimiento de las medidas de Policía es la propia consecución del ideal ilustrado de ciudad, basado esencialmente en el mantenimiento del orden y en las mejoras de las condiciones de vida de la población urbana, lo que en el vocabulario policial de la época se conoce como *comodidad*:

“El nombre de policía es propiamente genérico, comprendiendo en su significación, no solo entre nosotros, sino también entre los griegos, de quienes se deriva esta dición, todo el buen orden de gobierno de una ciudad ó estado, y por consiguiente todo lo que he dicho hasta aquí, y añadiré en adelante: pero es cosa muy corriente, que las voces genéricas se usen muchas veces en sentido de significar alguna especie, particularmente quando se trata de alguna, que sea muy sobresaliente entre las comprendidas en el género...

*Por esto, así como en castellano, no solo usamos de la palabra “policía”, como genérica, para expresar el buen orden, que se guarda en los estados, observándose las leyes establecida para su mejor gobierno, sino también como específica para significar el aseo, la limpieza, curiosidad, buena crianza, y utilidad en el trato, y todas las providencias de buen gobierno, que inmediata ó mediatamente influyen en el aseo, la comodidad de los moradores, en la seguridad de sus bienes y personas, como en los reglamentos de barrer y regar las calles, cerrar las puertas de las casas de noche, llevar la luz á determinadas horas, no correr por lo interior de las poblaciones á caballo ni en carruaje, no verter agua, no levantar mas de lo que se prescribe los edificios, y otras cosas semejantes; no puede haber reparo en que yo me valga para esta misma significación de dicha voz”.*⁴

De este modo, los esfuerzos de la administración local habrá de centrarse en el logro de dos objetivos fundamentales: la imposición del orden público como garante de la convivencia social y la implantación del ideal de comodidad en el espacio urbano. Esta última supondrá la creación de infraestructuras y servicios urbanos desconocidos en las ciudades o el establecimiento definitivo de otros diversos que, hasta entonces, apenas habían tenido desarrollo. Limpieza, empedrado, alumbrado, alcantarillado y ornato de las calles promoverán la aparición de una ciudad más confortable a partir de la Ilustración. De este último, del ornato de calles y plazas, habrá de derivar un nuevo ideal conocido en el vocabulario policial con el nombre de *aspecto público*.

3. Joseph Olmeda y León, *Elementos del Derecho Público de la Paz y de la Guerra ilustrados con noticias históricas, leyes, y doctrinas de el Derecho Español*, Libro Primero. Derecho Público de la Paz, Parte Primera. De la Nación considerada respecto à sí misma, cap. IX. De la Policía, Madrid: Oficina de la Viuda de Manuel Fernández, 2 t., pp. 80-81.

4. Ramón Lázaro de Dou y de Bassols, *Instituciones del Derecho Público General de España, con noticia particular d Cataluña y de las principales reglas de Gobierno en cualquier Estado*, IX t., Madrid: Oficina de don Benito García y Compañía, 1800-1803, t. III, lib. I De las cosas, tít. VIII. De las personas públicas y particulares, cap. XIII De las personas necesarias ó utiles para el cuidado de la Policia, pp. 340-341.

ORDEN PÚBLICO: LA DIVISIÓN POLICIAL DE LA CIUDAD ILUSTRADA EN CUARTELES Y BARRIOS

Para la implantación del orden público y el cumplimiento, en general, de todas aquellas medidas relacionadas con la Policía en el interior del recinto de las ciudades, el legislador debía contar ineludiblemente con un instrumento que fuera capaz de asegurar un control eficaz sobre toda actividad ciudadana y lo encontró en uno que ya había tenido su primera formulación en una etapa anterior del Antiguo Régimen. Así, cuando por Real Cédula de 2 de octubre de 1768 se divide la villa de Madrid en ocho cuarteles -subdivididos a su vez en ocho barrios cada uno- dedicados a atender los asuntos de Policía, no era una orden novedosa, puesto que su origen se remontaba a una Real Cédula de 3 de mayo de 1604 dada por Felipe III y por la que se estableció una primera partición de la Corte en seis cuarteles sometidos a la jurisdicción de los alcaldes de Casa y Corte, medida que sería posteriormente revisada en varias ocasiones para variar el número de cuarteles.

Sin embargo, el valor principal de la Real Cédula de 1768 es que se convirtió en detonante para que esta medida policial se extendiera a otras ciudades españolas. En un plazo inferior al año, a través de una Real Cédula de 13 de agosto de 1769, se impone la estructura cuartelaría de aquellas ciudades que fueran sede de Chancillería o de Audiencia Real, caso de Barcelona y Sevilla, divididas en cinco cuarteles; Valladolid, Granada, Zaragoza, Valencia y Palma, divididas en cuatro; La Coruña, en tres; y Oviedo, en dos. Estos se subdividieron en ocho barrios en Granada, Sevilla, Zaragoza, Valencia y Barcelona; en seis en Valladolid y Palma; y en cuatro en La Coruña y Oviedo.⁵

En Hispanoamérica, en los años sucesivos, también se acometería la división en cuarteles de ciudades, por citar algunos casos, como Santa Fe de Bogotá, dividida en cuatro cuarteles y ocho barrios por el virrey Guirior en noviembre de 1774 conforme a la Real Cédula dada por Carlos III el 12 de febrero de ese año;⁶ Santiago de Chile, en 1780;⁷ Lima en 1785, por el Gobernador Intendente Jorge de Escobedo; Ciudad de México, en 1786 conforme al proyecto concluido en 1782 por el virrey Martín de Mayorga; San Luís de Potosí, en 1795;⁸ o Puebla, en 1796 por el Intendente Manuel Flon;⁹ divisiones en cuarteles

5. Como señala Javier Guillamón, *Las reformas de la administración local durante el reinado de Carlos III (un estudio sobre dos reformas administrativas de Carlos III)*, Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1989, pp. 336-338, otras ciudades, que no eran sedes de Chancillería o audiencia Real, también solicitaron autorización con posterioridad a la promulgación de la Real cédula de 1769 para su división en cuarteles y barrios, caso de Córdoba, compartimentada en dos cuarteles, diez manzanas y veinte barrios según Real Orden de 8 de junio de 1772 o de Ciudad Real, dividida en tres barrios por Real Orden de 21 de enero de 1790

6. Adriana María Alzate Echeverri, *Sociedad y orden. Reforma sanitarias borbónicas en la Nueva Granada 1760-1810*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2007, pp. 145-146.

7. Gabriel Guarda, *Historia urbana del reino de Chile*, Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1978.

8. David E. Vázquez Salguero, "El ordenamiento urbano de San Luís de Potosí a finales del siglo XVIII". En Ricardo Anguita Cantero y Xavier Huetz de Lemp (eds.), *Normas y prácticas urbanísticas en ciudades españolas e hispanoamericanas (siglos XVIII-XXI)*, Granada, Universidad de Granada, Casa de Velázquez, 2010, pp.91-111. Recoge el análisis de la *Ordenanza de la división de la muy noble ciudad de San Luis de Potosí en cuarteles, creación de los alcaldes de ellos, y reglas de su gobierno*.

9. Rosalva Loreto López, "La medida de lo urbano. La administración del espacio en Puebla de los Ángeles (siglos XVI-XIX)". En Ricardo Anguita Cantero y Xavier Huetz de Lemp (eds.), *Normas y prácticas urbanísticas en ciudades españolas e hispanoamericanas (siglos XVIII-XXI)*, Granada, Universidad de Granada, Casa de Velázquez, 2010, pp. 55-60.

que pervivirían más allá de los procesos de independencia de los estados americanos.

El cuartel, un espacio perfectamente delimitado de ciudad, se convierte, de este modo, durante la Ilustración en la célula administrativa base del control municipal sobre el espacio urbano, papel que mantendrá en el paso la ciudad liberal como reflejo de la fortuna que alcanzará esta medida en su función de instrumento de control de los numerosos aspectos englobados dentro de la materia de Policía urbana. Compuesto de un alcalde de cuartel y de un número indeterminado de alguaciles, forzosamente residentes en su recinto, estos empleados públicos quedarán responsabilizados de efectuar rondas no sólo para el mantenimiento del orden público, por ejemplo, a través de la vigilancia de transeúntes o la inspección de los establecimientos públicos, sino también del correcto funcionamiento de otras materias de ámbito policial como la limpieza o el alumbrado públicos.

COMODIDAD Y ASPECTO PÚBLICO: ALUMBRADO, LIMPIEZA, EMPEDRADO Y ORNATO DE LA CIUDAD ILUSTRADA

Junto al orden público, el ideal de *comodidad* -un trasunto del fundamento ilustrado de la felicidad del súbdito como justificante del poder del monarca a través de su acción de gobierno- se impone como otro de los fines esenciales de la Policía en el espacio urbano. Para su consecución, la administración ilustrada deberá dotar a las ciudades de unas *comodidades* de las que había carecido en gran medida hasta ese momento. Alumbrado, limpieza, empedrado, alineación y hermoseo de calles, junto a la creación de salones y paseos arbolados en la periferia, son algunas de las operaciones consideradas necesarias para alcanzar el embellecimiento y mejora del espacio urbano y lograr, finalmente, el ansiado ideal de la ciudad ilustrada, como *enclave acomodado* para la vida del ciudadano. Y son unos códigos de tan larga tradición en el régimen local como las ordenanzas, las responsables de reglamentar las disposiciones que impongan el nuevo ideal urbano:

*“...debe establecerse en las Ciudades Capitales un tribunal de Policía, que cuide de... limpieza del Pueblo, buena dirección de calles, vistoso empedrado, paseos públicos hermoseedos con Arboles, bancos, y asientos, faroles para alumbrar las calles de noche, y otros diferentes ramos de Policía: Sobre todo los cuales deben formarse Leyes y ordenanzas arregladas de las circunstancias del estado y Magistrados autorizados, que con rigor las hagan observar, y respetar”.*¹⁰

Entre las materias reglamentadas, dentro de este apartado fundamental en la labor de Policía, la comodidad prestará atención especial a la regulación de una que apenas sí había alcanzado algo más que un relativo tratamiento en las ordenanzas del Antiguo Régimen. El ornato urbano, o siguiendo el vocabulario policial ilustrado, el aspecto público

10. Antonio López de Oliver y Medrano, *Verdadera idea de un Príncipe formada de las Leyes del Reyno que tienen relación al Derecho Público, en que se trata del sumo imperante; de los derechos Supremos de Regalía, ó Mayestáticos; y de la Política y Gobierno de un Estado, así en la Paz como en la Guerra*, Valladolid: Imprenta de don Francisco Antonio Garrido, 1786, cap. IV. De la Policía y sus Leyes, pp. 68-69.

se convierte a partir de este período –dando inicio a un discurso que se prolongará en la ciudad del Ochocientos– en objeto de una incipiente y cada vez mayor reglamentación para su establecimiento, hecho observable tanto en los libros dedicados a la descripción de ciudades, caso de la de Antonio Ponz, como en los reglamentos y ordenanzas de Policía siguiendo lo recogido en los tratados de Policía:

*“En este particular no tenemos nosotros que echar menos en un Reynado, en el que parece se lleva la principal atención esta clase de gobierno. Se ha visto con admiración mudarse el aspecto de nuestra Corte, por su limpieza, aso, hermosura y comodidad; à cuyo exemplo las demás Ciudades del Reyno, se esmeran quanto le es posible, à fin de contribuir por su parte à los deseos del gobierno”.*¹¹

Las actuaciones urbanísticas de embellecimiento emprendidas durante la Ilustración serán la respuesta dada por la administración local al mandato dado por una serie de leyes promulgadas por la monarquía borbónica para mejorar el aspecto público de sus ciudades. Recogidas fundamentalmente en las *Instrucciones de Corregidores*, estas leyes se ocuparán esencialmente de enumerar cuáles son las materias relacionadas con el ornato de la ciudad y, por tanto, objeto de atención por parte de los órganos de gobierno municipal y, a pesar de su laconismo, supondrán ineludiblemente el desarrollo de la reglamentación municipal sobre aspecto público.

La primera de ellas, la *Ordenanza de Intendentes Corregidores*, otorgada en los primeros años del reinado de Fernando VI mediante Real Instrucción de 13 de octubre de 1749, y recogida nuevamente en la Instrucción de Corregidores dada por Carlos III al final de su reinado según Real Cédula de 5 de mayo de 1788, dice así:

*“Preverdrán los Corregidores à las Justicias de las ciudades, villa y lugares de su provincia, se esmeren en su limpieza, ornato e igualdad y empedrado de las calles, y que no permitan desproporcion ni desigualdad en las fábricas que se hicieran de nuevo; y muy particularmente atenderán à que no se deforme el aspecto público, con especialidad en las ciudades y villas populosas; y que por lo mismo, si algún edificio amenazase ruina, obliguen à sus dueños à que la reparen dentro del término que les señalaren correspondiente; y no haciendo, lo madaren executar à su costa; procurando también, que en ocasion de obras y casas nuevas, ó derribos de las antiguas, queden mas anchas y derechas las calles... y plazuelas; disponiendo igualmente, que no queriendo los dueños reedificar las arruinadas en sus solares, se les obligue à su venta o tasacion, para que el comprador lo execute...”.*¹²

No cabe mayor concentración de mandatos que el efectuado en esta orden. Todo aquello que es objeto de tratamiento para establecer la comodidad y, en particular, el aspecto público de la ciudad es recogido en ella, desde la limpieza, igual, empedrado y alineación

11. Olmeda y León, *op. cit.*, pp. 82-83.

12. Ordenanzas de Intendentes Corregidores de 13 de octubre de 1749, caps. 32 y 33, e Instrucción de Corregidores de 15 de mayo de 1788, caps. 58 y 59. Ambas son recogidas en la Novísima Recopilación, lib. VII, tít. 32, ley II, son comentadas por Dou y de Bassols, *op. cit.*, Sección III, De las cosas conducentes al aseo, pp. 400-401.

de calles hasta el ornato de las casas, pasando por la reparación de aquéllas amenazadas de ruina y la obligada reedificación de los solares arruinados. Su cumplimiento durante la Ilustración no fue patrimonio exclusivo de aquellas ciudades que elaboraron ordenanzas de Policía urbana y alcanzó al conjunto de poblaciones, que hicieron de las *Ordenanzas de Intendentes Corregidores* la base de partida sobre la que asentar el progresivo desarrollo que la reglamentación urbanística y edificatoria alcanzará durante este periodo.

Aunque, las Ordenanzas de Intendentes Corregidores consolidan la labor de Policía como una competencia de los corregidores, el desarrollo y complejidad que alcanzan las medidas policiales dentro de la administración local en época ilustrada obligan a instituir nuevos oficios municipales que, al menos, participen de su fomento y seguimiento como se observa con la creación durante el reinado de Carlos III de las figuras del Alcalde de barrio y, sobre todo, del Síndico Personero, surgidos dentro del proceso de reforma del poder municipal emprendido por el monarca ilustrado para reorientar y revitalizar a unos ayuntamientos perpetuos caracterizados por las ventas de los cargos municipales y sumidos en un profundo estado de postración y decadencia ante la deficiente gestión política que las oligarquías locales habían sumido al gobierno de las ciudades, más preocupadas por monopolizar los principales cargos políticos de los ayuntamientos en beneficio propio que en favorecer el buen gobierno urbano.

Para intentar poner fin a esta grave crisis institucional, Carlos III tomará la decisión de ampliar la representación social en los ayuntamientos perpetuos, que, pese a todo, caminaban hacia su inevitable final, junto al resto de instituciones políticas del Antiguo Régimen, hecho que ocurría poco más de medio siglo después tras la muerte de Fernando VII en 1833 con el establecimiento del Estado liberal constitucional. En este contexto, un Auto de 5 de mayo de 1766 y una Instrucción de 26 de junio de ese año, posteriormente mejorados por una Real Cédula de 15 de noviembre de 1767, establecen la creación de dos nuevos oficios municipales, el Procurador del Común y el Síndico Personero –este último instituido sólo en el caso de que el oficio de Procurador Síndico fuese de propiedad particular-, que ayuden a regenerar la preocupante situación política y de gestión de los ayuntamientos, paliando en algún grado el estado de monopolización social en que habían degenerado.¹³ La elección de estos nuevos cargos, también presentes en las administraciones municipales de las ciudades hispanoamericanas, debía ser un garante de mayor credibilidad del gobierno de las ciudades mediante su apertura a otros estamentos sociales aunque ésta quedara limitada exclusivamente a las clases burguesas de mayor poder económico, un anticipo de los cambios políticos que la nueva realidad social, con la presencia de estos grupos sociales ascendentes, llevará al cambio de régimen político y a la formación de los ayuntamientos constitucionales en España, primero con la promulgación de la Constitución de 1812 y las leyes provinciales derivadas de ella y, posteriormente, con su restablecimiento durante el inicio del reinado isabelino.

13. Miguel Serrano y Bellezar, *Discurso político-legal sobre la erección de los diputados y personeros del común: elecciones, facultades y prerrogativas*. 2ª impresión, Valencia: 1790.

Los nuevos cargos, elegidos indirectamente entre los cabezas de familia, rompen, por tanto, la exclusiva y hereditaria participación de la clase nobiliaria en el gobierno urbano, al proceder fundamentalmente de la ascendente burguesía, a la que representan y defienden como nueva clase detentadora de la propiedad urbana. A ellos se les concede como principal misión la defensa del bien común, proponiendo o procurando la adopción por los órganos de gobierno municipal de aquella serie de medidas que convengan al conjunto de la población, entre las que destacarán sobremanera las relacionadas con la mejora y reforma de las ciudades:

“De los Síndicos el Procurador General tendrá, á mas de las facultades en su Despacho, las demás que goza este oficio en Castilla; el Personero la de pedir y proponer todo lo que convenga al Público generalmente; y los dos intervencion para celar las cantidades consignadas en la dotacion de dicha Ciudad de Barcelona para la limpieza, y demás obras públicas de ella, se inviertan en los fines de su destino”.¹⁴

Si el Diputado del Común centra, entre otros asuntos, su labor en el abasto público y en los arbitrios municipales, el Síndico Personero se esforzará por atender aquellos relativos a las diferentes materias comprendidas dentro de la Policía, caso del establecimiento y buen funcionamiento del alumbrado público, la limpieza de las calles o el ornato y seguridad de los edificios. Sus propuestas “...carecían de voto y voz para resolver”, limitándose su acción a la de tener “...voz para instar”. No obstante, el Personero será investido posteriormente de fuerza resolutive por Real Orden de 31 de enero de 1790, dotándosele de voto en las Juntas de Policía locales¹⁵:

“Este ha sido el fin principal de la eleccion de públicos Personeros, y Diputados de los Pueblos, establecidos en nuestros tiempos. Estos verdaderos Procuradores del Comun, deben solo acordarse de que están constituidos para beneficio del Público. Todas sus miras no se han de dirigir à otro fin que à exponer con libertad sus dictámenes y representar con viveza los daños, perjuicios è inconvenientes. En consecuencia de sus buenos oficios, debemos esperar ver enmendados muchos abusos, y que cada día se admire el buen orden y policía de los Pueblos”.¹⁶

Como representantes de la emergente clase propietaria burguesa, los síndicos personeros dedicaron especial atención a la mejora de aquellos asuntos de Policía urbana relativos al aspecto público, convirtiéndose en uno de los principales oficios municipales preocupados por impulsar el inicio de las reformas urbanas. Esto explica, por ejemplo, su activa participación en las comisiones formadas en los ayuntamientos para la elaboración de los reglamentos edificatorios como ocurre en el caso de Barcelona durante la redacción del Edicto de Obrería de 1771, donde Síndico Personero y Procurador del Común –responsable

14. Archivo Administrativo Municipal del Ayuntamiento de Barcelona: *Ordenanzas porque se rige el Ayuntamiento de la Ciudad de Barcelona*, Barcelona: Juan Francisco Piferrer, Impresor de S.M., s.a. (manuscrito “1787”), p. 34.

15. Guillamón Álvarez, *op. cit.*, p. 254.

16. Olmeda y León, *op. cit.*, De la Nación considerada respecto à sí misma, cap. IX. De la Policía, p. 83.

de su elaboración junto al maestro de obras municipal- hicieron suyas las peticiones de los propietarios de la ciudad al reclamar la liberalización de la actividad edificatoria, eliminando tanto la obligada inspección municipal de las obras como el pago del *visorio*, tasa resultante de esta inspección. Además, consiguieron poner fin a las arbitrariedades con que los regidores obreros concedían licencia a las solicitudes de obras, estableciendo en el Edicto de Obrería reglas edificatorias suficientemente claras para poder juzgar la correcta ejecución de las obras.¹⁷

Por su parte, la institución de los alcaldes de barrio –nombrados, en primer lugar, en Madrid a raíz de los disturbios ocasionados por el Motín de Esquilache en 1766 -, supuso una evidente mejora del control de la población, ya que, entre otras cosas, este cargo de elección popular se habría de encargar de llevar un registro o padrón de vecinos, el *libro de matrícula*, en el que debía constar el nombre de todos los vecinos, y el *libro de hechos*, donde tenía que ir anotando los sucesos más importantes que acontecieran en el barrio con relación a la infracción de los asuntos de Policía:

*“Las utilidades, que dá en un reyno la cómoda y la expedita división de él en partidos y provincias, trae tambien en las ciudades populosas la distincion de quarteles y barrios: y por esto con cédula de 13 de agosto de 1769 se mandó en el cap. I, que todas las capitales de España, en donde hay chancillerías ó audiencias, se dividiesen en quarteles al cuidado de un alcalde del crimen, ó de otro magistrado, en donde no hay sala del crimen, y los quarteles en barrios con un alcalde cada uno. En el cap. II ibid. Se manda, que dicho alcalde matricule todos los vecinos, zele la policía, el alumbrado, la limpieza, la quietud y el recogimiento de pobres y de los vagos”.*¹⁸

Pero el hecho más destacado es que los alcaldes de barrio, al ser responsables directos del cumplimiento por los vecinos de los bandos de Policía tocantes al alumbrado, la limpieza, el empedrado y el ornato público, y al encargarse de penar a sus contraventores y de comunicar las incidencias ocurridas al Corregidor al respecto como máximo responsable de estas materias, pueden ser considerados como el primer cargo municipal creado en España con una exclusiva competencia policial:

*“Todos los magistrados ordinarios, especialmente los corregidores y los regidores, y en particular los almotacenes, los síndicos procurador y personero, los acuerdos de chancillerías y audiencias, las Salas de Gobierno del Consejo y los Señores de la Primera Superintendentes de los partidos en que está dividido el reyno, son personas públicas, á cuyo cargo está la policía de los pueblos. En el mismo número deben comprehenderse los alcalde de barrio, y aun con mas propiedad que los demas, porque estos magistrados son propia y determinadamente para los asuntos de policía sin mezcla de economía, ni de jurisdiccion sobre otro ninguno”.*¹⁹

17. Joaquín Sabaté, *El proyecto de la calle sin nombre. Los reglamentos urbanos de la edificación París-Barcelona*, Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1999, p. 133.

18. Dou y de Bassols, *op. cit.*, pp. 384-385.

19. *Ibid.*, p. 342.

Su presencia en la administración municipal de las ciudades con división cuartelaría y de barrios fue norma común, no sólo en las ciudades españolas, sino también del Imperio, aunque en estas su nombramiento no era realizado por elección popular sino por la autoridad,²⁰ instituyéndose inmediatamente en ellas, como, por ejemplo, en Santa Fe de Bogotá, en 1774, donde los alcaldes de barrio tenían entre sus funciones las de poner nombre a las calles y numerar las casas de su barrio; matricular a todos los vecinos; informar sobre los desórdenes; identificar a vagos, pobres, mendigos y huérfanos abandonados; reducir a la cárcel a los indios fugitivos de sus pueblos; velar por la limpieza y el buen empedrado de las calles; y el cumplimiento de los bandos de Policía como el promulgado en marzo de 1785 por los alcaldes ordinarios Miguel Galindo y Josef León.²¹

20. Vázquez Salguero, *op. cit.*, p. 101.

21. *Instrucción para el gobierno de los alcaldes de barrio de esta ciudad de Santafé de Bogotá* (1 de noviembre de 1774). En Alzate, *op. cit.*, pp. 145-150.

SOBRE A ORGANIZADORA

ALINE FERREIRA ANTUNES - Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de educação São Luís. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui ampla experiência docente nos mais diversos níveis educacionais nas áreas de História, Língua estrangeira moderna (inglês) e em curso superior de Pedagogia. Tem pesquisas publicadas nas áreas de História, Comunicação, História em quadrinhos, Teorias raciais, História e gênero, História, memória e sensibilidades. Atualmente é professora de História efetiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF/GDF). Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9327358239672893>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 116

Américas 88, 189, 254, 259, 266

Arquitetura 14, 16, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 74, 152, 154, 160, 201, 202, 203, 205, 206, 210

Arte Brasileira 12

Arte Conceitual 12, 14, 16, 18

Arte Contemporânea 12, 14, 16, 17

Avaliação 19, 20, 21, 22, 25, 26, 67, 94

C

Cartografia Histórica 59, 61, 62, 72

Charles Darwin 147, 148, 159, 160, 161, 162, 163

Ciência Medieval 211, 212

Conflitos 92, 93, 95, 96, 113, 134, 145, 255, 259, 260, 264

Continuismo 211

Contradição 1, 3, 4, 5, 11, 31, 126, 185

Cultura Material 101, 103, 104, 105, 114, 291

D

Deleuze 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Demarcação 30, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 169

Down House 147, 148, 149, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

E

Ecletismo 47, 48, 49, 50, 51

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 18, 20, 26, 28, 35, 37, 38, 56, 130, 133, 142, 144, 145, 165, 166, 167, 176, 181, 187, 213, 244, 257, 317

F

Filosofia 5, 8, 36, 37, 75, 116, 129, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Filosofia Natural 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219

H

Hardware 199, 207, 208

História 8, 12, 19, 20, 26, 28, 38, 57, 59, 74, 75, 92, 93, 99, 101, 114, 116, 130, 131, 132,

144, 145, 146, 153, 160, 162, 163, 176, 178, 184, 187, 188, 189, 199, 209, 211, 212, 213, 214, 217, 219, 220, 232, 234, 235, 236, 238, 241, 245, 246, 252, 266, 267, 317

História Ambiental 59

História da Ciência 211

História da Computação 199

História da Educação 10, 28

História Indígena 130, 132, 145

Historiografia 29, 132, 153, 211, 212, 214, 219, 220, 221, 234, 238, 255

Humanismo 1

I

Idade Média 182, 188, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 220, 224, 225, 228, 236, 246, 248, 249, 250

Identidade 49, 57, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 138, 144, 145, 147, 149, 151, 152, 154, 155, 161, 162, 190, 213, 223, 238, 242, 257, 259, 265, 266, 267

Imigração Italiana 101, 103, 107, 114

Imprensa 28, 29, 39, 40, 43, 69, 176, 221, 230, 254, 255, 256, 257, 258, 266

Interdisciplinaridade 12, 19, 21, 22, 25, 26, 153, 165, 166

J

José de Alencar 189, 194, 195

Justiça Ecológica 77

L

Linguagem 16, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 56, 57, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 204, 205, 206, 209, 252, 256

Literatura 13, 14, 123, 133, 136, 137, 185, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 217, 236, 241, 251

Lógica Difusa 19, 22, 23, 24, 25

M

Mata Atlântica 59, 74

Memória 37, 49, 57, 101, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 127, 139, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 202, 203, 204, 207, 208, 238, 317

N

Natureza 12, 14, 15, 17, 34, 59, 74, 117, 118, 119, 120, 126, 129, 141, 148, 168, 189, 190,

191, 192, 193, 197, 198, 213, 214, 215, 217, 218, 264

P

Paisagem Histórica 59

Paulo Freire 1, 2, 5, 7, 8, 11

Plataforma Sucupira 20, 21, 25, 26

Poder 3, 5, 6, 11, 17, 36, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 64, 66, 69, 74, 77, 79, 80, 82, 86, 87, 96, 97, 98, 99, 105, 113, 117, 120, 151, 152, 168, 180, 185, 201, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 256, 257, 261, 266, 270, 271, 281, 282, 291, 292, 294, 304, 305, 311, 313, 315

Programas de Pós-Graduação 19, 20, 21, 24, 25

Propaganda 28, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 45

Q

Queenship 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

R

Rainhas 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

Realeza 153, 166, 220, 227, 228, 246

Realidade 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 22, 35, 42, 43, 97, 98, 119, 126, 127, 134, 146, 154, 155, 180, 191, 192, 203, 205, 223, 228, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 257, 261, 264

S

SAT 232, 236, 237, 238, 239, 240

Saúde Mental 77

Sociedade 5, 6, 9, 10, 11, 16, 20, 21, 24, 29, 34, 45, 46, 49, 60, 75, 92, 104, 107, 111, 117, 119, 132, 137, 144, 146, 151, 152, 154, 178, 184, 185, 186, 192, 193, 198, 235, 236, 241, 242, 244, 251, 256, 257, 263, 265

Software 62, 199, 202, 206, 207, 208

T

Tempo 8, 10, 13, 15, 34, 35, 52, 53, 55, 56, 59, 72, 75, 97, 103, 108, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 136, 137, 140, 145, 150, 155, 157, 160, 168, 170, 175, 185, 186, 187, 190, 195, 204, 206, 210, 213, 217, 222, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 238, 240, 249, 250, 260, 261, 262, 264

Terras Indígenas 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 144, 145

Testemunho 77, 184





U

Urbanismo 307, 308

V

Vedānta 232, 233, 236, 240

História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 @arenaeditora
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br